

QUANDO PISO EM FLORES



PPGS UFMA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SOCIOLOGIA

Cidades, representações sociais
e experiências
na Amazônia Maranhense



QUANDO PISO EM FLORES



UFMA
PPGS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SOCIOLOGIA

Cidades, representações sociais
e experiências
na Amazônia Maranhense



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

Fotos de Jesus Marmanillo Pereira e
iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena
Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Profª Drª Alana Maria Cerqueira de Oliveira – Instituto Federal do Acre

Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie

Profª Drª Ana Paula Florêncio Aires – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná



Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Bitencourt Campos – Universidade do Extremo Sul Catarinense
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Prof. Dr. Miguel Adriano Inácio – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalo de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista



Quando piso em flores: cidades, representações sociais e experiências na Amazônia Maranhense

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Clodomir Cordeiro de Matos Júnior
Karina Almeida de Sousa
Wheriston Silva Neris

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M433 Matos Júnior, Clodomir Cordeiro de
Quando piso em flores: cidades, representações sociais e
experiências na Amazônia Maranhense /
Organizadores Clodomir Cordeiro de Matos Júnior,
Karina Almeida de Sousa, Wheriston Silva Neris. –
Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0539-9

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.399220209>

1. Ciências Sociais. 2. Saúde. 3. Tecnologia. I. Matos Júnior, Clodomir Cordeiro de (Organizador). II. Sousa, Karina Almeida de (Organizadora). III. Neris, Wheriston Silva (Organizador). IV. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



“Quando piso em flores
Flores de todas as cores
Vermelho sangue, verde-oliva, azul colonial
Me dá vontade de voar sobre o planeta
Sem ter medo da careta
Na cara do temporal.”

Boi de Haxixe, Zeca Baleiro, 1999.

APRESENTAÇÃO

O livro *Quando piso em flores: cidades, representações sociais e experiências na Amazônia maranhense* é fruto dos esforços dos/as docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS). O programa está vinculado ao Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas do Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia (CCSST) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) na cidade de Imperatriz, município localizado na região Sudoeste do Maranhão, porção do estado que compreende a parte maranhense da Amazônia Brasileira.

O PPGS iniciou suas atividades em 05 de setembro de 2018, quando da sua aprovação pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), e tem em seu quadro docente profissionais da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), dos campi de Imperatriz, Bacabal, São Bernardo e São Luís, e da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), campus Tocantinópolis.

Este livro ganha importância inaugural por ser a primeira coletânea organizada pelos(as) docentes e discentes que compõem o PPGS, dando vazão e forma às múltiplas agendas e temas que permeiam as duas linhas de pesquisa do programa e os interesses investigativos do grupo. Nessa perspectiva, o livro representa um dispositivo capaz de dar visibilidade à produção realizada no âmbito da universidade pública.

*Quando piso em flores*¹: *cidades, representações sociais e experiências na Amazônia Maranhense* é o nome que escolhemos para nossa primeira publicação, pois de forma simultânea nos remete a dois contextos distintos e intercambiados. Pisar sobre flores é, de certa forma, uma boa metáfora para as experiências de um programa de pós-graduação em seus anos iniciais, principalmente quando nos voltamos para os desafios de propor, aprovar e consolidar cursos dessa natureza no interior do estado do Maranhão, ao mesmo tempo circunscrito no Nordeste brasileiro e na Amazônia Legal², território marcado por grandes desigualdades em relação ao restante do Brasil. Nessa perspectiva, caminhar com cuidado e solidez também é nosso desafio, pois estamos envolvidos em um processo de implantação de um programa de pós-graduação em regiões de baixa oferta de vagas nesse nível de formação, fruto da desigualdade histórica do sistema de ensino e da produção científica no país.

Além disso, esse título traduz nosso cotidiano pessoal e profissional durante esses dois anos e meio de suspensão de nossas atividades presenciais devido à necessidade

1. Verso extraído da música *Boi de Haxixe*, composta por Zeca Baleiro para o álbum *Vô Imbolá* (1999).

2. A Amazônia Legal, instituída pela Lei Federal 1.806/1953, engloba nove estados do Brasil e foi instituída pelo governo brasileiro como forma de planejar e promover o desenvolvimento social e econômico dos estados da região amazônica.

de isolamento físico associado ao enfrentamento da pandemia causada pelo SARS-CoV-2³. Durante esse momento nossas atividades profissionais, aulas, orientações, pesquisas, reuniões e encontros de corredores passaram a ser mediados por tecnologias estranhas para quase todos nós, docentes, discentes, gestores e técnicos administrativos da universidade. O cuidado com o qual se pisa em flores, nessa ótica, traduz parte do nosso caminhar coletivo, que apesar de solitário é sensivelmente resistente e esperançoso.

O livro está dividido em três sessões e materializa o trabalho de uma rede de pesquisadores que tem se mobilizado na construção de interpretações e reflexões a respeito do estado do Maranhão e da chamada região tocantina, marcada por fronteiras e transições entre as regiões Norte e Nordeste do país. Seu conteúdo é permeado por artigos produzidos a partir de dissertações defendidas em 2021 por nossa primeira turma de formandos e por trabalhos elaborados em diálogo com pesquisas que estão em andamento no programa. Promovendo a divulgação e circulação desse material, rico em aportes teóricos e metodológicos produzidos sob os mais diferentes ângulos e perspectivas, pretendemos contribuir com a produção do conhecimento científico em terras maranhenses, estimulando debates e reflexões sobre os múltiplos objetos e temas que permeiam as páginas que compõem esse livro.

Esperamos que a publicação desse volume possa contribuir para a difusão do conhecimento e servir de fonte de consulta para pesquisadores, gestores públicos e planejadores de políticas públicas, contribuindo de maneira sensível para o desenvolvimento do Estado e o alargamento de seus preceitos democráticos⁴.

A primeira parte do livro, intitulada *Cidades, Representações Sociais e Experiências Urbanas na Pandemia*, agrupa quatro artigos escritos por professores e discentes do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Maranhão, Campus de Imperatriz, Maranhão. Os capítulos desta etapa inicial do livro versam, através de diferentes abordagens teóricas e do manejo de repertórios metodológicos multifacetados, sobre as cidades, os sujeitos que lhe dão forma e suas experiências, especialmente durante a crise sanitária associada à Pandemia do COVID-19.

3. O coronavírus SARS-CoV-2 é responsável pela Covid-19, uma infecção respiratória aguda, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de alcance global.

4. A publicação do livro contou com o inestimável financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) e da Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico do Maranhão (FAPE-MA) através do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) e Apoio aos Programas de Pós-Graduação Emergentes e em Consolidação em Áreas Prioritárias no Estado (Edital 18/2020).

O artigo que abre nossa obra, *Notas introdutórias sobre as Cidades na literatura sociológica clássica*, escrito por Angélica Lima Melo e Clodomir Cordeiro de Matos Júnior, apresenta de maneira sumária, com grande valia para os leitores que pretendem percorrer os passos do processo de legitimação das cidades e seus sujeitos como objeto das Ciências Sociais, algumas das contribuições de autores de significativa importância para a formação da Sociologia enquanto ciência. Explorando, de maneira introdutória, algumas das principais obras de autores como Karl Marx, Friedrich Engels, Émile Durkheim, Max Weber e George Simmel, o texto abre aos neófitos e estudiosos das cidades o acesso a alguns dos aportes teóricos e metodológicos decisivos para sua compreensão sob uma perspectiva sociológica. Trilhando os caminhos que permitiram que os estudos sobre as cidades, antes objetos presentes de maneira transversal em muitos escritos da área, ganhassem legitimidade e importância na área da nascente ciência social, ganha destaque no texto de maneira sensível a compreensão das múltiplas transformações, sujeitos e questões que emergem associados às dinâmicas das cidades contemporâneas. Desprendendo-se das dinâmicas do campo, o homem da cidade rompe com suas formas de vida anteriores a partir da fluidez e ritmo da vida urbana, forjando arranjos culturais, sociais, econômicos, políticos e trabalhistas que transformam as formas de viver e compreender os contextos citadinos.

O segundo capítulo dessa sessão, intitulado *Estigmatização Territorial: a ocupação urbana da Vila Esperança em Imperatriz - MA* e escrito por Glenda Almeida Matos Moreira e Jesus Marmanillo Pereira, examina os processos de construção social dos estigmas relacionados aos territórios na cidade de Imperatriz através das experiências da ocupação urbana da Vila Esperança. Valendo-se de uma metodologia multissituada, que envolveu uma etapa etnográfica, contatos virtuais e pesquisas em arquivos, especialmente documentos históricos e fontes jornalísticas, os autores revelam como questões ligadas à posse da terra e relatos acerca da violência passam a compor o repertório de representações acionados nas narrativas acerca da comunidade e seus moradores, traçando hierarquias e fronteiras simbólicas em torno dos espaços das cidades e seus sujeitos. Adentrando o campo dos estudos dos estigmas (GOFFMAN, 2008) por meio das representações que permeiam reportagens jornalísticas, relatórios oficiais e discursos de lideranças locais, narrativas permeadas pelas categorias “invasão”, “ocupação”, “bairro” e/ou “comunidade” nos remetem, segundo os autores, a conflitos, interesses e disputas classificatórias em torno das maneiras de “viver na” e “ocupar a” cidade de Imperatriz, região sul do Estado do Maranhão.

O terceiro capítulo dessa primeira parte do livro, *As modificações no consumo de Panelada⁵ em Imperatriz - MA durante a Pandemia de Covid-19*, escrito por Greacy Kelly

5. A panelada é uma preparação cozida feita a partir dos miúdos de gado muito apreciada em alguns estados do Brasil,

Rodrigues Azevedo e Emilene Leite de Sousa, apresenta, de maneira sensível e pontual, algumas das questões que envolveram as transformações das dinâmicas alimentares e das práticas de consumo dos moradores da cidade de Imperatriz, Maranhão, durante o período de isolamento social acionado no combate ao Covid-19.

Analisando o perfil do público consumidor desse tradicional prato do Nordeste do Brasil, seus espaços de consumo distribuídos pela cidade e as mudanças que permeiam as práticas alimentares durante a Pandemia por meio de uma pesquisa que envolveu etapas qualitativas e quantitativas, as autoras aportam questões significativas para os estudos sobre a interface entre alimentação, cultura e sociedades. Ao identificar transformações significativas nas dinâmicas de consumo da panelada, especialmente quando são colocados em tela espaços, horários e frequências, o texto nos permite compreender, sob a ótica dos habitantes de uma cidade do Sul do Maranhão, os sentidos e as conexões entre comida, tradição e consumo durante uma crise sanitária de proporções ainda incalculáveis.

O último capítulo dessa sessão inicial, *Motoristas Urbanos em tempos de Covid-19: representações sobre cotidiano, medo e trabalho em Imperatriz, Maranhão, Brasil*, escrito por Ana Paula Pinto Pereira e Clodomir Cordeiro de Matos Júnior, analisa as experiências e representações dos motoristas urbanos, especialmente aqueles que trabalham por aplicativos, da cidade de Imperatriz, Maranhão, durante o período de isolamento social estimulado pelo combate à Pandemia do Covid-19.

Explorando as narrativas e representações desses sujeitos acerca das questões econômicas, sociais e culturais que envolvem o exercício de suas atividades por meio da aplicação de questionários com esses interlocutores, os autores revelam alguns dos sentidos associados ao “mundo do trabalho” e suas possibilidades durante um período que envolveu profundas transformações em suas rotinas de trabalho, rendimentos e expectativas. Através das narrativas e impressões desses sujeitos acerca do cotidiano, seus medos e relações de trabalho durante o período de isolamento social, alguns dos ajustes comportamentais e subjetivos possíveis durante a Pandemia ganham forma, aguçando o olhar sociológico para a compreensão dos sujeitos responsáveis pelo transporte urbano de pessoas no Maranhão durante a presente crise sanitária.

A segunda parte do livro reúne quatro artigos escritos, igualmente, por professores, orientandos e/ou colaboradores do Mestrado em Sociologia da Universidade Federal

do Maranhão, Campus de Imperatriz, agrupados aqui em torno dos seguintes eixos temáticos: *Grupos Étnicos, Religiões e Narrativas de Resistência na Fronteira Amazônica Maranhense*. Antes que a leitura dos textos submeta ao leitor o veredicto sobre a melhor forma de organizá-los, parece-nos que apresentar alguns motivos que justificariam esse modo de exploração das suas afinidades substantivas constituiria um bom guia de leitura. Apenas três, a título de sugestão e para não sermos muito longos.

Começaríamos, em primeiro lugar, pela sensibilidade manifestada aos modos de produção de saberes e conhecimentos contextualizados, o que constitui um convite para que os leitores exercitem a escuta compreensiva e experimentem escalas e perspectivas variadas de observação que não necessariamente correspondem às suas. Antes de um obstáculo, a pluralidade dos marcos teóricos e a interdisciplinaridade intrínsecas favorecem, por seu turno, a inventividade das escolhas metodológicas, construindo um cardápio variado e pedagogicamente útil sobre a construção de objetos sociológicos. Por fim, e não menos importante, os autores ocupam uma posição epistemológica que não deixa de ter afinidades com o próprio lugar social e institucional dos pesquisados. Desse lugar, não apenas conseguem ecoar as vozes de subjetividades resistentes, dotadas de graus variáveis de reflexividade, como também articular-se aos debates e tendências mais recentes no universo cada vez mais plural e diversificado das Ciências Sociais contemporâneas.

Essas diferentes dimensões de análise estão presentes desde o primeiro dos capítulos desta seção, *Indígenas Krikati e mulheres quebradeiras de coco babaçu na Amazônia Maranhense*, de autoria de Francisca Regilma, Leandro Araújo e Vanda Pantoja, o qual analisa comparativamente as formas de existência e resistência de dois grupos extrativistas, subalternizados, na/da fronteira amazônica maranhense, a saber: os indígenas pertencentes à Etnia Krikati e as Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu. Para responder à questão primeira de saber como esses sujeitos narram, concebem, vivenciam as experiências de ameaças e conflito e se autodefinem para defender sua existência, os autores nos convidam para um desafiante, rigoroso e sensível exercício de imaginação sociológica.

Desafiante, em primeiro lugar, pela tentativa de desenvolver uma escuta atenta às similaridades e particularidades de dois grupos subalternos que elaboram, em diversos níveis e graus, formas de resistência política contra as múltiplas opressões a que são sujeitos. É aqui, inclusive, que encontramos a validade da proposta dos autores de conceber essas ações de resistência tanto em um plano que qualificam de *infrapolítico*, ou seja, em suas formas e manifestações mais comunitárias, cotidianas, discretas e/ou silenciosas; quanto em suas dimensões, digamos, mais *estritamente políticas*, posto que acionadas em

situações de mobilizações coletivas publicizadas, em conexão com o universo ordinário da representação política especializada ou sob formas reconhecidamente políticas (movimentos, sindicatos, organizações, associações, etc.).

Para enfrentar tal natureza de questões, em segundo lugar, o leitor será convidado para um exercício relativamente rigoroso de compreensão das bases teóricas da pesquisa (perspectiva crítica, decolonial), da metodologia empregada (método etnográfico) e do *corpus* conceitual que subsidia a proposição de um outro olhar sobre os sujeitos e sujeitas da pesquisa. É com base nesse conjunto articulado que os autores visam compreender como estes realizam a mediação entre esferas sociais, elaboram estratégias diferenciadas e adaptáveis face às políticas públicas, os quais não apenas dão mostras das “subjetividades resistentes”, “ativas”, como também constituem uma contribuição para pensar a própria construção de “conhecimentos localizados”, contextuais.

Trata-se aqui, sem dúvida, da exploração de uma perspectiva sensível à pluralidade epistemológica do mundo, dentro da qual se inclui a dos próprios pesquisadores, que também se esforçam para problematizar suas próprias experiências e lembranças como sujeitos e sujeitas que compartilham de memórias camponesas e coabitam o espaço recortado. A fronteira mencionada demarca, portanto, não apenas um lugar de conflitos, de exploração, de ausência de empatia e de produção de alteridades; ela delimita tanto um lugar de existência, resistência e sonhos, como também uma escala de observação e reflexão epistemológicas.

Essa mesma sensibilidade é encontrada no próximo artigo da seção, intitulado “*NOSSA CASA ERA O CHAPÉU*”: *Mobilidade e parada como questões para compreender os ciganos Calon em São João do Paraíso (MA)*, de autoria de Janeide Cavalcante, Wellington Conceição e Edilma Monteiro. O objetivo da pesquisa é analisar a construção da identidade dos ciganos na cidade de São João do Paraíso, Estado do Maranhão, tendo em vista uma série de representações estereotipadas e etiquetagens que lhes são atribuídos pelos moradores da referida cidade. Metodologicamente a pesquisa recorre a entrevistas e à observação direta com duas famílias ciganas, a fim de compreender os condicionantes da presença e as motivações para fixação dessas famílias no espaço em pauta.

Após realizarem necessária historicização dos conceitos e refletirem sobre o imaginário e estigmas construídos sobre os ciganos, os autores retomam então as narrativas do processo de instalação de famílias ciganas na cidade, demonstrando como essa experiência reproduz, em pequena escala, uma figuração universal representada pela divisão entre *Estabelecidos* e *Outsiders* (ELIAS; SCOTSON, 2000). De um lado, aos *Estabelecidos* corresponderia a posição “superior” dos moradores da região, que emitiam juízos negativos a respeito dos ciganos como pessoas de estirpe “inferior”;

noutro, os *Outsiders*, representados pelos ciganos recém-chegados, os quais eram vistos como “ameaças”, como portadores de comportamentos e costumes indesejáveis ou recorrentemente submetidos a julgamentos depreciativos.

A reconstituição cuidadosa dessa sociodinâmica da estigmatização de um ponto de vista histórico contextual, e com base nas próprias falas dos ciganos abre aos autores, então, a oportunidade para refletir sobre uma série de particularidades das reconfigurações identitárias dentro das relações grupais em pauta (reenquadramento do passado; ethos grupal, limites de pertencimento, dinâmicas de parentescos e alianças), que vale a pena atentar na leitura. Vide, por exemplo, nas falas dos entrevistados como se redefine a dualidade entre *andador* e *morador*; entre *nômades* e *sedentários*, ao que se vincula, inclusive, o título do capítulo. Ou até mesmo a questão dos efeitos de estigmatização grupal sofridos pelos ciganos, as estratégias esquivas e os “reendereçamentos” que podem provocar nas relações intragrupais. Seja como for, ao fim e ao cabo, os autores demonstram como os ciganos conseguem (res)significar suas identidades sociais em uma tensão constante entre as representações e categorizações estigmatizantes que lhes são impostas, e as suas formas de resistência, simbolização de unidade e luta pelo reconhecimento de uma forma particular de ser e estar no mundo social.

No terceiro artigo desta seção, intitulado *OS EVANGÉLICOS E A POLÍTICA: Condicionantes e lógicas do engajamento político de lideranças pentecostais da Igreja Assembléia de Deus em Imperatriz - MA*, Bezaluel Alves e Wheriston Neris objetivam analisar as intersecções entre o universo evangélico e a política no Brasil contemporâneo através da exploração das lógicas simultaneamente coletivas e individuais de engajamento político de lideranças da Igreja Evangélica Assembleia de Deus de Imperatriz (IEADI). Com base no recurso a diversas estratégias metodológicas combinadas, tais como observação direta, entrevistas, exploração de arquivos e publicações institucionais, os autores levantam questões pertinentes a respeito das modalidades, processos e condicionantes dessa forma de participação política, com foco especial sobre os agentes mais destacados por esses trânsitos e mediações.

Enfrentando o desafio de objetivar uma denominação religiosa bastante representativa no Brasil e particularmente na região imperatrizense, os autores articulam quatro principais eixos de exploração da temática. Em primeiro lugar, realizam um balanço breve das produções bibliográficas nacionais a respeito da atuação evangélica na política brasileira, com a finalidade de delimitar os contornos, padrões e peculiaridades dessa interação entre as esferas religiosa evangélica e o campo político. Em seguida, os autores trazem elementos para compreender os processos de institucionalização e de recomposição organizacional da Assembleia de Deus em uma região de forte presença evangélica, como

aquele que caracteriza a fronteira amazônica maranhense. Na sequência, são os padrões, modos de filtragem, os princípios de seleção e preparação que são destacados ao lado dos perfis sociais dos entrevistados, revelando algumas das recorrências nas triagens que operam dentro da ordem institucional. Por fim, e não menos importante, buscam explorar as percepções de lideranças locais selecionadas a respeito das relações mantidas com as instâncias e dinâmicas convencionais da política (partidos, eleições, bases ideológicas, pautas e modos de representação).

Com efeito, à semelhança dos demais capítulos reunidos, reencontramos aqui um esforço instrutivo de combinação entre três níveis de análise cuja articulação parece bastante útil para orientar estudos sobre o tema em pauta. De início, pelo esforço de retomar uma rica e diversificada bibliografia no campo das Ciências Sociais que, embora não constitua propriamente uma novidade temática, tem produzido excelentes contribuições para pensar as relações complexas entre Igrejas Evangélicas, candidaturas e eleições no Brasil. Em segundo lugar, destacaríamos a opção por discutir as dimensões mais propriamente institucionais que filtram e controlam a seleção de candidaturas e a constituição dos representantes. Aqui entram em pauta desde as peculiaridades do *ethos religioso*, as particularidades do processo de institucionalização e as lógicas próprias de enquadramento, filtragem e preparação dos agentes encarregados de se investirem na política, como será visto.

Em um terceiro nível, que designaríamos como individual, podemos observar então as propriedades sociais destes agentes, o que constitui etapa fundamental para evitar alguns vícios de linguagem, como caracterizar, por exemplo, instituições, grupos e/ou coletivos religiosos como unidades homogêneas. É desse ângulo, inclusive, que vale a pena estudar as percepções subjetivas desses agentes sobre suas trajetórias, a respeito dos condicionantes de seus investimentos na política e suas posições com relação à mediação que realizam entre as esferas sociais em pauta. E é neste ponto que o refinamento da análise pode ajudar a compreender o universo em pauta de uma perspectiva menos substancializada, dando espaço para apreender algumas das ambiguidades e peculiaridades desse modo de participação política.

A questão da variação de escalas, da construção identitária e dos processos de estigmatização voltam à cena, por seu turno, no instigante estudo de Bruno Barros dos Santos e Rogério de Carvalho Veras, intitulado: *Maria Bonita de Tocantinópolis: história de vida de uma mãe-de-santo do Norte Tocantinense*. A escala aqui já não é a de coletivos ou grupos, mas declaradamente individual. Trata-se de explorar as narrativas de vida de Maria do Rosário - mais conhecida como Maria Bonita - suas entidades e de algumas de suas filhas de Santo, bem como diversas anotações registradas em caderno de campo

ao longo de diversos anos de pesquisa (2010-2015) na Tenda Jorge Guerreiro, cidade de Tocantinópolis - TO, para problematizar dimensões importantes das experiências identitárias de religiões afro-brasileiras na região.

Quer dizer, ao acompanhar com profundidade as memórias de diversos informantes - incluídas aquelas obtidas em várias entrevistas e conversas com a referida mãe de santo – reencontramos não apenas as particularidades e vicissitudes de uma trajetória única, como também parte da realidade social e coletiva de umbandistas estigmatizados e de mulheres negras e independentes no espaço em pauta. Porém, convém notar que embora a religião seja tomada como um dos fios condutores da reconstituição de sua história de vida pelos autores, notadamente as relações com os guias espirituais, a análise das diversas etapas, ciclos e esferas de vida da personagem são tomadas como processos bastante dinâmicos, plurais e não evidentes.

Nesse sentido, parece adequada a definição dos autores de que a história de vida de Maria Bonita nos é apresentada sob o signo da pluralidade e da resistência. A começar pelos diferentes papéis que assumiu ao longo de sua vida e dos estigmas e categorizações que recebeu na condição de mulher, mãe e sacerdote de umbanda, entre outras. Soma-se a isso o fato de que, nessas condições, o *fazer-se mãe de santo* resulta de um processo complexo de mediação que interpenetra o sagrado e o profano; o íntimo e o coletivo; a liberdade e o dever, enfim, exigindo toda uma série de negociações e acordos. Por fim, e não menos importante, a própria diversidade dos relatos, as lacunas e os novos fragmentos de memória acionados pelos vivos a respeito da médium denotam que, mesmo com sua partida, sua história de vida se renova continuamente através dos relatos e memórias produzidas no tempo presente.

Os capítulos que compõem a Parte III, *Instituições, Sujeitos e Experiências*, voltaram-se ao estudo das instituições e da agência dos sujeitos no Estado do Maranhão. As pesquisas apresentadas direcionam-se, particularmente, a grupos que possuem uma experiência e conhecimentos socialmente subalternizados, a partir de clivagens sociais como geração, gênero, raça e dependência química.

O capítulo de autoria de Jéssica Lima e Emilene Sousa destaca a distinção entre o fazer antropologia *sobre* as crianças e *com* as crianças. As pesquisadoras dedicam-se à análise da autonomia infantil em situações de abrigo, a partir da análise da Casa da Criança, uma instituição de acolhimento com sede na cidade de Imperatriz/MA. O

texto aprofunda-se nas estratégias de autonomia desenvolvidas pelas crianças quando inseridas em um espaço institucional caracterizado pelo cuidado/vigilância excessiva do Estado. A partir da pesquisa etnográfica (GEERTZ, 1989), as pesquisadoras exemplificam as formas de desenvolvimento da agência infantil na experiência das crianças em situação de institucionalização.

Na linha dos estudos que se voltam à análise das instituições sociais e da agência dos sujeitos, a pesquisadora Ana Luísa Naslauský e o pesquisador Wellington Conceição apresentam um estudo voltado à relação entre drogas e moralidade na sociedade brasileira, a partir da análise de matérias jornalísticas publicadas no estado do Maranhão. O capítulo resgata, de modo sucinto, o histórico e perfil do proibicionismo na política de drogas no país e a análise da recepção das políticas de drogas sob o viés das moralidades. Respaldados por este histórico, os pesquisadores propuseram uma análise do proibicionismo como estratégia utilizada pela política de drogas por meio do discurso midiático. Com foco nas reportagens publicadas pelos principais portais de notícias do estado do Maranhão os pesquisadores concluem que a abordagem proibicionista, particularmente pelo viés da criminalidade, baseia-se em aspectos da moralidade tais como referências religiosas, atuando como reforço para a definição dos estereótipos atribuídos ao grupo.

As pesquisadoras Luiza Lepos e Vanda Pantoja, autoras do capítulo *Uma análise do gênero na educação básica a partir dois livros didáticos de sociologia*, apresentaram um estudo minucioso sobre o lugar das pesquisadoras na produção do conhecimento nas Ciências Sociais, em especial no que toca à produção científica sobre gênero. A análise parte da adoção de métodos qualitativos e quantitativos dos livros didáticos de sociologia adotados pelas escolas públicas com sede na cidade de Imperatriz/MA. A perspectiva teórica adotada pelas autoras considera os processos de exclusão da mulher na esfera pública como imposição de um sistema moderno colonial de gênero (LUGONES, 2014b). A abordagem decolonial é, portanto, apresentada como fundamental para a compreensão da interseccionalidade étnico-racial, classe e sexualidade. O capítulo expõe um histórico sobre a presença da sociologia no ensino médio, seguido pela análise dos documentos institucionais, como os PCNs e o PNLD. Como conclusão, as autoras apresentam uma crítica à produção científica, em especial sobre gênero, respaldada por uma teoria eurocentrada e masculinista, reproduzindo desta feita, uma série de desigualdades de gênero.

O último capítulo da Parte III buscou compreender a ação da Polícia Militar frente aos casos de violência doméstica na cidade de Imperatriz/MA. Os autores Edisio Junior e Maciel Cover utilizam-se da observação participante, propiciada pelo vínculo institucional do primeiro autor à Polícia Militar do Estado do Maranhão, como metodologia e ainda como estratégia para acesso aos sujeitos pesquisados-agentes vinculados aos plantões

de rua e à patrulha Maria da Penha (PMP). Por meio de questionários *online*, elaborou-se uma análise da abordagem policial, nos dois grupos, que apontou para as ausências, e os procedimentos de (re)vitimização das mulheres vítimas de violência doméstica, indicando ainda a importância de conhecer e problematizar a ação da polícia militar. Com a contribuição dos agentes policiais, a partir dos relatos colhidos pelos questionários, os autores exploraram temas comumente vinculados à violência doméstica, tais como uso da força física, dependência financeira, influência do uso de álcool, personalidade do agressor e percepções dos agentes sobre as mulheres vítimas de violência, entre outros temas. O capítulo conclui destacando o impacto positivo da capacitação dos agentes no atendimento as ocorrências de violência doméstica, analisado pelas abordagens dos grupos estudados.

Elaborado sob muitas mãos, mentes e experiências, este livro materializa aprendizagens, ensinamentos e o trabalho intelectual de um grupo de pesquisadores e nossos interlocutores e interlocutoras, aos quais agradecemos imensamente ao fim desta introdução.

“Arrocha na leitura!”

Boa leitura!

Imperatriz, 25/04/2022.

Clodomir Cordeiro de Matos Júnior

Karina Almeida de Sousa

Wheriston Silva Neris

SUMÁRIO

PARTE I- CIDADES, REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E EXPERIÊNCIAS URBANAS NA PANDEMIA

CAPÍTULO 1..... 1

NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE AS CIDADES NA LITERATURA SOCIOLOGICA CLÁSSICA

Angélica Lima Melo

Clodomir Cordeiro de Matos Júnior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202091>

CAPÍTULO 2..... 19

ESTIGMAZAÇÃO TERRITORIAL: A OCUPAÇÃO URBANA DA VILA ESPERANÇA EM IMPERATRIZ - MA

Glenda Almeida Matos Moreira

Jesus Marmanillo Pereira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202092>

CAPÍTULO 3..... 40

AS MODIFICAÇÕES NO CONSUMO DE PANELADA EM IMPERATRIZ - MA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Greacy Kelly Rodrigues Azevedo

Emilene Leite de Sousa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202093>

CAPÍTULO 4..... 64

MOTORISTAS URBANOS EM TEMPOS DE COVID-19: REPRESENTAÇÕES SOBRE COTIDIANO, MEDO E TRABALHO EM IMPERATRIZ, MARANHÃO, BRASIL

Ana Paula Pinto Pereira

Clodomir Cordeiro de Matos Júnior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202094>

PARTE II - GRUPOS ÉTNICOS, RELIGIÕES E NARRATIVAS DE RESISTÊNCIA NA FRONTEIRA AMAZÔNICA MARANHENSE

CAPÍTULO 5..... 80

INDÍGENAS KRIKATI E MULHERES QUEBRADOURAS DE COCO BABAÇU NA AMAZÔNIA MARANHENSE

Francisca Regilma de Santana Santos

Leandro Araújo da Silva

Vanda Pantoja

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202095>

CAPÍTULO 6..... 100

“NOSSA CASA ERA O CHAPÉU”: MOBILIDADE E PARADA COMO QUESTÕES PARA COMPREENDER OS CIGANOS CALON EM SÃO JOÃO DO PARAÍSO (MA)

Janeide da Silva Cavalcante
Wellington da Silva Conceição
Edilma do Nascimento Jacinto Monteiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202096>

CAPÍTULO 7..... 118

OS EVANGÉLICOS E A POLÍTICA: CONDICIONANTES E LÓGICAS DO ENGAJAMENTO POLÍTICO DE LIDERANÇAS PENTECOSTAIS DA IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS EM IMPERATRIZ - MA

Bezaliel Alves Oliveira Junior
Wheriston Silva Neris

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202097>

CAPÍTULO 8..... 144

MARIA BONITA DE TOCANTINÓPOLIS: HISTÓRIA DE VIDA DE UMA MÃE-DE-SANTO DO NORTE TOCANTINENSE

Bruno Barros dos Santos
Rogério de Carvalho Veras

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202098>

PARTE III - INSTITUIÇÕES, SUJEITOS E EXPERIÊNCIAS

CAPÍTULO 9..... 167

SOBRE PÁSSAROS E GAIOLAS: UMA ANÁLISE DA AGÊNCIA INFANTIL EM UMA CASA ABRIGO DE IMPERATRIZ

Jéssica de Sousa Lima
Emilene Leite de Sousa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202099>

CAPÍTULO 10..... 191

PROIBICIONISMO BRASILEIRO E MORALIDADES NA OPINIÃO PÚBLICA: O PAPEL DA MÍDIA MARANHENSE

Ana Luísa Rocha Martins Naslausky
Wellington da Silva Conceição
Beatriz Brandão

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.39922020910>

CAPÍTULO 11..... 209

UMA ANÁLISE DO GÊNERO NA EDUCAÇÃO BÁSICA A PARTIR DOS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA

Luiza Maria Paixão Lemos

Vanda Pantoja

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.39922020911>

CAPÍTULO 12..... 235

INTERPRETANDO A ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR EM CASOS DE VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ / MA

Edisio Do Ó Loiola Junior

Maciel Cover

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.39922020912>

SOBRE OS AUTORES 261

SOBRE OS ORGANIZADORES 266

“NOSSA CASA ERA O CHAPÉU”: MOBILIDADE E PARADA COMO QUESTÕES PARA COMPREENDER OS CIGANOS CALON EM SÃO JOÃO DO PARAÍSO (MA)

Data de aceite: 03/08/2022

Uma primeira versão desse artigo foi publicada na revista *O público e o Privado*. Cf. CAVALCANTE e CONCEIÇÃO (2019).

Janeide da Silva Cavalcante

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSoc) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus Imperatriz, MA. E-mail: janeide.cavalcante@discente.ufma.br.

Wellington da Silva Conceição

Professor Doutor do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus Imperatriz, MA. E-mail: wellington.sc@ufma.br.

Edilma do Nascimento Jacinto Monteiro

Professora Substituta no Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Doutora em Antropologia Social (PPGAS/UFSC). E-mail: edilmanjmonteiro@gmail.com.

RESUMO: Este texto apresenta resultados de uma investigação em torno da identidade dos ciganos que vivem na cidade de São João do Paraíso (cidade do sul do Maranhão) e como esta está relacionada a uma série de estereótipos que marcam a sociabilidade desses agentes com os demais cidadãos. Nossa pesquisa ocorreu com os ciganos que estão hoje em dia numa condição de

“moradores”. Procuramos compreender as razões que fazem com que um grupo que se identifica como nômade assuma a condição de morador e os motivos que o levaram a fixar moradia. A partir da pesquisa realizada, pudemos ver como os ciganos, em uma condição de moradores, buscam uma estabilidade social e respeito moral, algo difícil de se conquistar na condição de andadores, por sofrerem preconceitos por onde passam.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade. São João do Paraíso. Ciganos. Moradores.

“OUR HOME WAS THE HAT”: MOBILITY AND STOPPING AS QUESTIONS TO UNDERSTAND THE CALON GYPSIES IN SÃO JOÃO DO PARAÍSO (MA)

ABSTRACT: This article introduces the result of an investigation about the identity of the gypsies living in São João do Paraíso (a city in the south of Maranhão) and how it is related to a series of stereotypes that mark the sociability of the sea gents with the other citizens. Our research has been with the gypsies who has a current “resident” condition. We try to understand the reasons that cause a group that identifies itself as nomads to assume the status of resident and the reasons that led to fix housing. From the research, we could see how the gypsies, in a condition of residents, search for social stability and moral respect, something difficult to conquer as nomads, because they suffer prejudices wherever they go.

KEYWORDS: Identity. São João do Paraíso. Gypsies. Residents.

NUESTRA CASA ERA EL SOMBRERO”: MOVILIDAD Y PARADA COMO QUESTIONES PARA COMPRENDER A LOS GITANOS CALON EN SÃO JOÃO DO PARAÍSO (MA)

RESUMEN: Este texto presenta los resultados de una investigación sobre la identidad de los gitanos que viven en la ciudad de São João do Paraíso (ciudad en el sur de Maranhão) y cómo esta se relaciona con una serie de estereotipos que marcan la sociabilidad de estos agentes con otros ciudadanos. Nuestra investigación se llevó a cabo con gitanos que hoy en día se encuentran en condición de “residentes”. Buscamos comprender las razones que hacen que un grupo que se identifica como nómada asuma la condición de residente y las razones que los llevaron a establecerse. De la investigación realizada pudimos ver cómo los gitanos, como residentes, buscan una estabilidad social y el respeto moral, algo difícil de conseguir como caminantes, ya que sufren prejuicios por donde pasan.

PALABRAS CLAVE: Identidad. São João do Paraíso. Gitanos. Residentes.

1 | PRIMEIROS PASSOS

A forte presença de ciganos na cidade de São João do Paraíso, região Sul do estado do Maranhão, marca os processos históricos e sociais deste município. Nascida e criada no município de São João do Paraíso - MA, a primeira autora do texto despertou o interesse para compreender a presença das famílias naquela localidade¹. Desde criança escutava falar sobre eles, sendo muitos dos comentários cheios de preconceitos, imersos em estereótipos que quase sempre pairam não só no imaginário local, mas de forma mais ampla. Também ouvia classificações já conhecidas, que os definiam como “povos de costumes nômades” ou como “povos de fora” (como não sendo da cidade), percepções essas que foram lentamente alteradas à medida que estes passaram a fixar moradia na cidade e se casarem com pessoas da região. O que acontece em São João do Paraíso não é exclusivo: no geral, quando falamos em ciganos, logo temos uma representação estereotipada que os reduz a nômades, leitores de mão, dados a danças, músicas e vestes exóticas, comerciantes e até mesmo trambiqueiros. Suas histórias de origem e suas práticas culturais são para muitos desconhecidas. Existe, assim, uma representação de que estes são diferentes, enigmáticos e até perigosos.

O presente texto apresenta resultados da investigação em torno da identidade dos ciganos na supracitada cidade e como esta está relacionada a uma série de estereótipos que marcam a sociabilidade desses agentes com os demais cidadãos. Nossa pesquisa

1. Essa inquietação resultou em uma pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura em Ciências Sociais (Universidade Federal do Tocantins), cujo título era *Ciganos em São João do Paraíso - MA: De andadores a moradores* (cf. CAVALCANTE, 2018), orientado pelo Prof. Dr. Wellington da Silva Conceição. A pesquisa teve continuidade no mestrado em Sociologia da Universidade Federal do Maranhão, sendo orientada pelos professores Dr. Wellington da Silva Conceição e Dr^a Edilma do Nascimento Jacinto Monteiro (cf. CAVALCANTE, 2021).

ocorreu com os ciganos que estão hoje em dia numa condição de “moradores”² na cidade de São João do Paraíso. Procuramos ainda compreender se existem razões que fazem com que um grupo que se identifica como nômade assuma a condição de morador e os motivos que o levaram a fixar moradia. A partir da pesquisa realizada, pudemos ver como os ciganos, em uma condição de moradores, buscam uma estabilidade social e respeito moral, algo difícil de se conquistar na condição de andadores, já que sempre sofrem preconceitos por onde passam.

O texto escrito traça uma compreensão a partir das escutas e dados obtidos através de trabalho de campo, com uma imersão que iniciou em 2017 e culminou em 2020, sendo realizadas visitas de campo durante este período, tendo como objetivo a compreensão sobre seus modos de vida e formas de se organizarem. Os ciganos talvez sejam, dentre os Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, o que vêm sendo conhecidos e pesquisados³ de forma menos enfática, apesar de terem crescido nos últimos anos. A metodologia aplicada no decorrer da pesquisa teve seu foco no recurso a entrevistas, apoiado pela observação direta na convivência com duas famílias ciganas que moram na cidade. Nas entrevistas, buscamos entender principalmente o que os motivou a fixarem moradia, pondo ênfase como, na condição de moradores, eles continuam praticando sua ciganidade, já que para muitos a definição de cigano está estritamente relacionada ao nomadismo.

2 | CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIAL DOS CIGANOS E DISPERSÃO PELO MUNDO

Povos Ciganos ou Romani⁴, entre outras denominações que recebem, têm sua origem rodeada de incertezas: narrativas, hipóteses e lendas a respeito de onde e como estes povos surgiram e o que os levou a migrarem. Não havendo nada escrito e nem documentos que narrem sua história, sua tradição e língua é transmitida pela oralidade.

Entre especulações, mitos e histórias acerca de seu surgimento, o que se sabe e o que damos prioridade é o que os próprios ciganos podem nos falar. Muitos afirmam que sua origem está no Egito antigo. De acordo com o antropólogo Frans Moonen (2011), a história destes povos não vai muito além de um milênio. Existem documentos de um

2. Categoria indicada por eles para indicar um processo de fixação ou para identificar aqueles fixados/originários de um determinado local. Em contraste, apresentam a categoria “andador”, ou seja, aquele que é adepto do nomadismo e decide não fixar moradia.

3. O Movimento Cigano está ensaiando seus primeiros passos: existem várias organizações ciganas mas apenas com atuação local ou regional, e nenhuma que representa todos os ciganos brasileiros. Somente em 2006 o governo instituiu o dia 24 de maio como o Dia Nacional do Cigano, mas esqueceu de informar a imprensa e os estabelecimentos de ensino, como também os próprios ciganos. Sem exagero algum, pode-se afirmar que os ciganos constituem a minoria étnica menos conhecida, e talvez por isso mais odiada e discriminada do Brasil. (MOONEN, 2011, p. 5).

4. **Rom**, substantivo singular masculino, significa homem e, em determinados contextos, marido; plural **Roma**; feminino **Romni** e **Romnia**. O adjetivo **romani** é empregado tanto para a língua quanto para a cultura.

monge grego, de 1050, no qual o imperador de Constantinopla solicita a ajuda de feiticeiros e adivinhos chamados Adsincani, e estes seriam – provavelmente - os antecedentes dos ciganos, sendo este o primeiro registro conhecido a respeito desses povos e tal nome um dos primeiros utilizados. Daí em diante, estes teriam começado a migrar e a receberem diferentes nomes por onde passavam. Os ciganos são assim, apesar de toda complexidade em defini-los:

Apesar de todas estas dificuldades, baseando-nos na definição antropológica de índio adotada no Brasil, definimos aqui **cigano** como **cada indivíduo que se considera membro de um grupo étnico que se auto-identifica como Rom, Sinti ou Calon, ou um de seus inúmeros sub-grupos, e é por ele reconhecido como membro**. O tamanho deste grupo não importa; pode ser até um grupo pequeno composto de uma única família extensa; pode também ser um grupo composto por milhares de ciganos. Nem importa se este grupo mantém reais ou supostas tradições ciganas, se ainda fala fluentemente uma língua cigana, ou se seus membros têm características físicas supostamente ciganas”. (MOONEN, 2011 p. 21).

Os ciganos são, assim, um grupo étnico e a sua etnicidade é afirmada pela União Romani Internacional, reconhecida pela ONU a 28 de fevereiro de 1979 (PEREIRA, 2009). Assim passamos a mobilizar o debate teórico, apoiando-nos na definição do antropólogo Fredrik Barth (1998), que elabora elementos a definir um grupo étnico:

- 1 perpetua-se biologicamente de modo amplo,
- 2 compartilham valores culturais fundamentais, realizados em patente unidade nas formas culturais,
- 3 constitui um campo de comunicação e de interação,
- 4 possui um grupo de membros que se identifica e é identificado por outros como se constituísse uma categoria diferenciável de outras categorias do mesmo tipo. (BARTH, 1998, p. 189-190).

A partir desta definição, ressaltamos que os ciganos reconhecem seu pertencimento a um determinado grupo, compartilham valores, crenças, costumes e um sistema de comunicação entre si. Desse modo os ciganos se conhecem e formam uma identidade numa perspectiva étnica que vai sendo subdividida a partir da definição de locais de origem, modo de organização social, língua, modos de vida, entre outros.

A dispersão deste povo pelo mundo, assim como a sua origem, também é assunto de muita curiosidade e indefinição. Várias especulações e narrativas são formuladas a respeito, mas de fato, nada conclusivo. Como aponta Frans Moonen (2011).

Existem as mais diversas teorias sobre quando saíram da Índia, mas em geral admite-se que foi somente a partir do Século 10, ou seja, apenas uns mil anos atrás. Ou então, o que é bem mais provável, que ocorreram várias

ondas migratórias, em épocas diferentes, talvez até de áreas geográficas diversas, e por motivos dos mais variados. Também não se sabe como eles então se identificavam a si mesmos, ou como eram identificados pelos outros, e provavelmente nunca o saberemos. Os próprios ciganos nunca deixaram documentos escritos sobre o seu passado e muitos ciganólogos informam que os ciganos, em geral, não têm a mínima ideia sobre suas origens e, o que é pior, nem demonstram interesse em saber de onde vieram os seus antepassados. (MOONEN, 2011, p. 12).

Com as migrações forçadas, preconceitos e perseguições a estes povos em vários países. A história dos ciganos é marcada por políticas denominadas como anticiganas, leis e decretos que os forçaram a migrar. Em alguns países da Europa foram tidos como “raça maldita” e “demônios”, sendo associados a “mendigos” e “bandoleiros” e a sua língua tida como “estranha”, como um artifício para enganar. Sua dispersão pelo mundo se deu muitas vezes de forma forçada e às vezes também por vontade própria, mas o que se pode evidenciar é que esses povos sofreram ao longo dos anos políticas anticiganas que os forçaram a sempre mudarem de lugar (Cf. PEREIRA, 2009).

É assim que os ciganos Calon chegam ao território brasileiro. As políticas anticiganas são responsáveis pela vinda destes para o Brasil, para onde foram mandados quando expulsos de Portugal. Frans Moonen (2011) ressalta que os ciganos foram indesejados em todos os lugares por onde passaram, e assim foram mandados embora por políticas anticiganas, feitas por leis que os obrigavam a irem embora. Os países europeus mandaram os ciganos para as suas colônias da América e da África, como faziam com todos aqueles que consideravam escória social, por serem improdutivos e perturbadores de sua organização social (PEREIRA, 2009).

Em 15 de abril daquele ano, foi expedida comunicação de Lisboa para o governador de Pernambuco, apoiando-se no decreto já mencionado de Sua Majestade. Informa-se o embarque de ciganos para aquela capitania, mas parte dos quais deveria ser remetida depois para o Ceará/Brasil, e outra parte para Angola/África. Também devia-se tomar cuidado para que nenhum cigano ficasse em Pernambuco, e aos governadores do Ceará e de Angola recomendou-se que não deixassem os ciganos retornar a Portugal, nem permitissem o uso de sua língua, chamada também de geringonça. (TEIXEIRA, 2008, p.16)

Assim, sendo colônia de Portugal, eles eram mandados para o Brasil. Já em terras brasileiras, eles chegaram com o estigma⁵ que carregavam na Europa: ladrões, de língua estranha (que era uma forma de enrolar as pessoas), e por isso lhes puseram sob vigilância. Os ciganos logo foram se espalhando pelas várias regiões e cidades do

5. Estigma é um conceito de Goffman (2004), é um atributo que diferencia pessoas, grupos de outros, um atributo que é profundamente depreciativo, uma característica que marca alguém nas relações sociais. Esse atributo é, assim, uma “Identidade Social”.

país. Percebendo que muitos ciganos vivem no Brasil, nos diversos estados brasileiros, a pesquisa que se desenvolveu mostra aqueles presentes em uma pequena cidade no Maranhão. Adentraremos agora no cenário em que a pesquisa vem sendo concretizada.

3 | CIGANOS EM SÃO JOÃO DO PARAÍSO (MA)

A cidade de São João do Paraíso localiza-se no Sul do Maranhão. Segundo o Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia - IBGE (2017), a população estimada de São João do Paraíso é de 10.977 habitantes, tendo a área territorial de 2.053,843 km.

Os ciganos começaram a chegar na cidade quando esta ainda era um povoado do município de Porto Franco (MA). Chamavam a atenção com uma linguagem diferente e com suas vestimentas e adereços exóticos para a população local: cordões de ouro, chapéus, as mulheres com vestidos longos, dentes de ouro. Logo se diferenciaram dos demais habitantes, ocasionando - em um primeiro momento - um distanciamento causado pela estranheza e falta de informação sobre aqueles que chegavam no local. Sendo um município pequeno, a presença dos ciganos poderia desestabilizar a tranquilidade da pequena cidade.

Robert Elias & John L. Scotson, em *Os estabelecidos e os Outsiders*, trazem uma etnografia de uma cidade no interior da Inglaterra, onde havia os *estabelecidos*, que eram as pessoas que estavam na cidade já há muito tempo e os *outsiders*, que eram recém-chegados, um grupo de fora. Apesar desses dois grupos de pessoas não terem diferenciação racial, étnica ou religiosa, havia por parte dos estabelecidos uma constante diferenciação com os recém-chegados *outsiders*, aos quais eram atribuídas características ruins, tais como delinquência e violência.

Esta análise de estabelecidos e outsiders se torna pertinente para se pensar a presença dos ciganos na cidade, mesmo sendo estes marcados por elementos que destacam uma diferença étnica. Estes – quando recém-chegados - também eram *outsiders*, contrapondo-se aos moradores, os estabelecidos da cidade. Desta forma “repetidamente, contata-se que outsiders são vistos pelo grupo estabelecido como indignos de confiança, indisciplinados e desordeiros” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 27). Isso também ocorreu com os ciganos recém-chegados na cidade: os moradores os viam com desconfiança, tinham-nos como indisciplinados e não confiavam neles. Isso está presente nos depoimentos dos ciganos sobre a sua chegada no município e a relação inicial com os moradores.

O primeiro grupo a chegar foi da família do cigano conhecido como Tenda⁶, que ainda reside na cidade e junto com Cabelo foram nossos principais interlocutores. Chegaram no

6. Os nomes apresentados são fictícios, para preservar a identidade e privacidade dos interlocutores.

ano de 1960, quando São João do Paraíso ainda era povoado de Porto Franco. Este veio com os pais e irmãos. Quando chegou ele ainda era um rapaz, com menos de 15 anos, hoje tem mais de 60. Seus pais já faleceram. Alguns de seus irmãos se casaram com moradores e tiveram filhos. Ele teve filhos também - já sendo morador - e sua mulher também é cigana.

Segundo Tenda, a vinda para a cidade se deu porque venderam suas casas. “Vida de cigano”: vendiam e compravam casas, viviam andando até parar na cidade citada. Quando perguntamos por que ficaram, nos disse que “o Paraíso é muito bom. Muitos ciganos foram embora daqui e estão arrependidos. Aqui é uma terra muito boa”. Tenda ainda destacou que quando chegaram na cidade sofreram rejeição por parte da população. Segundo ele, quando iam nas casas ninguém os recebia: “ninguém nos dava rancho”. Mas aos poucos começaram a ter amizades com alguns moradores, que passaram a recebê-los.

Depois chegou a família do cigano conhecido como Torselha, família esta que já foi embora da cidade, assim como muitas outras. Mais tarde chegou a família do cigano conhecido como Cabelo. Este chegou à cidade após a emancipação do município. O que possibilitou a ida para a presente cidade foi o parentesco. Assim, as rotas percorridas por estes ciganos são estabelecidas por uma rede parental, em que os locais nos quais eles se fixam tenham parentes ou pessoas com laços de afinidade, como também destacou Monteiro (2019) em suas pesquisas com os ciganos na Paraíba:

[...] Percebi que na Costa Norte as rotas são traçadas por laços parentais, e por -laços de afinidades, há possibilidade também de rotas quando estão fazendo negócios. Esse processo de fluxo que acontece entre o grupo de ciganos não está fixado há um tempo limite de permanência e partida de um determinado local, os deslocamentos acontecem de acordo com alguma necessidade. (MONTEIRO, 2019, p. 196).

Tal fenômeno também foi evidenciado nas pesquisas feitas por Florência Ferrari com ciganos Calons em São Paulo, os quais revelavam-se: “[...] uma rede de parentes, conhecidos e lugares se abria para todos os lados: bairros, pousos antigos, parentes espalhados, e um circuito muito extenso e ao mesmo tempo familiar, que revela uma vida em “movimento”. (FERRARI, 2010, p. 102).

Vivendo no local há cerca de 20 anos, Cabelo foi para a cidade com seus pais e irmãos; hoje está com mais de 45 anos de idade, é casado com uma mulher cigana e teve filhos já sendo morador. Segundo o próprio, “a vinda para a cidade foi a passeio e decidimos ficar por ser uma cidade boa”. Ao questionar a que grupo cigano pertencia, Cabelo falou ser “cigano, cigano mesmo”, não reconhecendo ser de nenhum dos grupos étnicos como Calon, Rom ou Sinti. Vale destacar que mais tarde, em um encontro que não foi marcado (já que a cidade é pequena e é muito comum o encontro com eles), um

cigano parente de Tenda falou que era “Cigano Calon”. E ainda contou ser parente de todos os ciganos que residiam na cidade e que todos são Calon. Essa informação não nos foi passada na entrevista, pois quando perguntados sobre o grupo ao qual pertenciam, estes apenas se declararam ciganos.

Sobre o tempo de chegada no município de São João do Paraíso, Cabelo declarou que, quando chegaram, os ciganos tinham uma má fama. Todos achavam que eles eram ladrões, trambiqueiros e a população em geral tinha receio deles. Disse ainda que, aos poucos, os moradores perceberam que eles não eram assim, mas que antes não podiam entrar em uma loja porque ninguém confiava neles, ainda que hoje isso tenha mudado. Segundo Cabelo, “isso ocorria porque os ciganos de primeiro daqui entravam no comércio e roubavam tudo. E hoje isso já mudou, graças a Deus”.

A partir da fala do Cabelo cigano, pode-se ver como se esquivar das acusações que são postas aos ciganos na cidade sem negá-las: ele passa a acusação para os outros ciganos, retirando de si tais estereótipos muitas vezes direcionados ao seu grupo e imputando-os a indivíduos. Esta estratégia de retirar os estigmas sobre si é apontada por Conceição (2018).

A esses sujeitos (ou grupos) especificamente são endereçadas todas as acusações que são ou podem ser remetidas à coletividade, como uma estratégia de purificação da imagem. Chamo essa prática de reendereço do estigma. (CONCEIÇÃO, 2018, p. 259).

Reendereçar o estigma é uma forma de retirar de si aquilo que marca de forma negativa, limpar a moral e criar uma outra moral frente à sociedade, buscando tirar de si algo que marca seu grupo, a fim de buscar uma nova construção de uma identidade étnica (aos ciganos) como pessoas boas, que não têm os estereótipos atribuídos à maioria dos seus.

Muitos ciganos já foram embora, como é o caso da família de Torselha, e, segundo os moradores da cidade, muitos outros ciganos já estiveram por ali. Dos que estiveram e dos dois grupos que ainda estão, apresentam-se distinções. Segundo as entrevistas, eles não mantêm entre si vínculo algum, seja de parentesco ou de amizade. Apesar de estarem no mesmo município, não costumam manter relações entre si.

O desprezo e até medo por parte da população paraisense se substancializavam na crença que os não-ciganos carregam consigo sobre os ciganos, os estereótipos que têm desde as perseguições na Europa, onde são considerados bandidos, trambiqueiros e vagabundos (MOONEN, 2011). Em São João do Paraíso, estes tinham os mesmos estigmas, sendo apontados como responsáveis por todos os roubos que aconteciam na cidade. Quando entravam em uma loja, sempre havia um funcionário que olhava e

acompanhava seus movimentos. Também eram considerados valentes que não tinham medo de briga, e que quando um entrava em um confronto, todos os ciganos também entravam.

Ter uma língua diferente, praticar a quiromancia e possuir a fama de não ter lugar certo para morar (o nomadismo) são aspectos tomados como inerentes a uma vida errada e errante. Esses grupos são rejeitados de forma ativa pela população hospedeira, em razão do comportamento ou de certas características inegavelmente condenadas. Pudemos perceber, na fala dos ciganos entrevistados, o estigma e estereótipos remetido a estes povos na cidade, e que quando nela chegaram eles sofriam ainda mais; que aos poucos fixaram-se e tiveram uma relação maior com a população local, fato que fez com que criassem uma relação de “amizade” com alguns moradores da cidade.

Sendo as representações sobre os ciganos estereotipadas, na cidade de São João do Paraíso eles sofreram e ainda sofrem preconceitos por parte da população local. Sendo estes indesejáveis, marcados por estereótipos que os ligam a uma vida errônea, são vistos como uma “ameaça” à tranquilidade do lugar e, por isso, muitas vezes são mandados embora.

4 | “NOSSA CASA ERA O CHAPÉU”: DE ANDADORES A MORADORES

Hoje a permanência de dois grupos ou duas famílias de ciganos residentes na cidade de São João do Paraíso (MA). Um grupo (família) está mais concentrado em um só bairro; este primeiro grupo chamarei de família do Cabelo. O segundo grupo encontra-se espalhado pelos bairros da cidade e chamarei de família do Tenda. Estes dois nomes soam na cidade como algo que distingue os dois grupos de ciganos ali presentes, sendo esses os principais nomes ou a liderança desses grupos. E foram esses dois ícones ciganos entrevistados durante a pesquisa, cabendo ressaltar que também tivemos contato com outros ciganos das famílias do Tenda e do Cabelo.

Tanto os familiares do Tenda quanto do Cabelo informaram que viviam andando antes de fixarem moradia na cidade. Segundo Cabelo, seu pai já viveu em acampamento e ele morou em algumas cidades. Tenda falou que até chegar na cidade onde mora não tinha endereço fixo: “Nós não morávamos não, nossa casa era o chapéu, só viajando no meio do mundo. Viajando pelo mundo de animal, comprando, vendendo e trocando”. Isso também foi ressaltado por Cabelo: “cigano é assim, que andava muito de jumento pelos sertões. A vida deles era andar, era assim: a mulher paria seu filho, e já ia pra cima do jumento, caminhando já, caminhando pelo mundo. Não tinha local certo para eles não”. Algo que Cabelo enfatizou nas primeiras entrevistas é que “ser cigano é ser andador”.

Desta forma o passado de uma maior mobilidade é acionado o tempo todo, por várias questões, tanto política como econômica e social. A vida itinerante é algo que marca a cultura cigana e é capaz de construir seus modos de vida. As duas famílias falaram que antes de parar, viviam andando, e os dois relembra esta definição e esse fato da vida nômade, eles recorrem a narrativas contadas para falar sobre a sua cultura. A definição de cigano está relacionada à vida de andador, algo que marca sua origem e dispersão pelo mundo. O passado nômade é algo recorrente no processo identitário dos ciganos, pois quando falam sobre o que é ser cigano já remetem a essa característica. Acreditam inclusive que sua origem está no nomadismo, pois assim eles se espalharam pelo mundo, vieram para o Brasil e para a cidade em que vivem.

Quando os ciganos chegaram na cidade eles se fixaram em bairros que não tinham casas, em que estavam sendo os primeiros moradores, sendo esses bairros periféricos, longe do que na época poderia se considerar o centro da cidade.

Deste modo, percebe-se que o local em que eles vão se fixar na cidade são bairros distantes da população em geral e que passam a carregar uma marca cultural, pois foram chamados de “setor dos ciganos” ou “bairro dos ciganos”. A família de Cabelo, quando chegou na presente cidade, foi morar no “Setor Castro”, como é conhecido hoje o bairro onde ela fixou moradia. Este bairro quase não tinha moradores, e, para muitos, foram os ciganos os primeiros moradores do bairro. A primeira casa da família de Cabelo foi um barracão, logo depois construíram uma casa. De acordo com o próprio: “Na época que eu cheguei aqui esse bairro... foi mais eu que construí ele. Ajudei muito, fiz várias casas. Quando cheguei aqui, morava em uma barraca. Comprei um terreno e comecei a construir e vender”.

Sua fixação em uma residência não demorava. Ele construía uma casa e vendia, mostrando uma espécie de nomadismo mesmo na cidade em que resolveram se fixar. Colocamos que ele construía pois normalmente trabalham na obra, como apontou Cabelo: “Quando vamos construir uma casa, nós mesmos somos os pedreiros”. Com as vendas das casas, o “setor dos ciganos” começava a ter moradores vindos das outras partes da cidade.

Hoje, Cabelo fixou moradia em uma casa só. Segundo ele “foi desejo da minha mãe, essa casa eu tirei pra não vender”⁷. A organização da sua família no bairro é algo que nos chamou a atenção. Pois segundo o próprio, “nesse bairro moram todos nossos parentes, porque minha mãe quer nós todos por perto. Até hoje minha mãe faz a comida para todos. Meu irmão sai da casa dele pra vir comer aqui. Aqui são 4 irmãos, meu pai, minha mãe e os filhos. Mais de 20 ciganos, quase 40”.

7. Com este momento de parada, a compra de imóveis e terrenos, trouxeram uma possibilidade de garantia de renda para algumas famílias ciganas.

A preferência por morarem perto uns dos outros também demonstra um hábito ancorado em seu *ethos*. Enquanto “Imersos no mundo dos *gadjes*, os Calon produzem um mundo de “racionalidade” próprio e baseado em relações de parentesco e aliança.” (FERRARI, 2019, p. 264). Mantendo o ensinamento de Ferrari (2019), é necessário mostrar que a sociabilidade criada pelos ciganos Calons permitia a coexistência entre eles e os *gadjes* a partir da sustentação dessa rede de parentesco, na qual o “ser cigano” ganha relevo e significado.

Um questionamento que pairava ainda nos pensamentos iniciais da pesquisa era o porquê de eles residirem nesta cidade. Segundo Cabelo, foi por ser uma cidade boa, e porque não pretendiam ir embora. Cabelo é natural do Piauí. Segundo ele, sofreu muito trabalhando desde pequeno. Seu pai já morou em acampamento, mas ele mesmo não. Já passou por muitos lugares até chegar em São João do Paraíso.

Os familiares de Tenda, quando chegaram, também se fixaram em um bairro que simbolizava o “fim” da cidade. Compraram um terreno e construíram sua casa, começaram a construir outras casas e a vender: “Morei em vários bairros, porque quando eu fazia um “baraquim” e achava um dinheirinho a mais, vendíamos. Fiz mais de 15 casas. Fui aquietando até me tornar morador” (Tenda).

A emancipação da cidade foi em 1994, ou seja, o seu crescimento também se deu com a fixação e expansão dos ciganos no seu território. Eles se fixaram e expandiram ao tempo em que o município foi se formou e se firmou como cidade. Assim, os ciganos são pessoas presentes desde a sua formação, por isso Cabelo e o seu irmão Barba receberam o título de “cidadãos paraisenses”, pelas contribuições com a cidade: com a construção e venda de casas eles expandiram bairros e também contribuíram com a economia local. A partir das relações que foram traçadas nesta urbis, eles se sentem como grandes contribuidores. Tanto Tenda como Cabelo ressaltaram que contribuíram para o crescimento de São João do Paraíso, principalmente pelas casas construídas.

Com o passar dos anos os ciganos foram se fixando e começaram a ter uma relação maior com os habitantes da cidade, passou a haver casamentos entre ciganos e Gadjon⁸, e talvez seja este um dos fatores que somaram para a sua maior fixação. A união interétnica entre Gajon e ciganos mostrava como os últimos estavam fixando-se e como a união e a relação deles com a cidade tornava-se mais amigável. Mas cabe ressaltar que não a ponto de eliminar os preconceitos e romper com os estereótipos e estigmas.

Cada cultura tem uma lógica própria e as mudanças que ocorrem mostram como a cultura não é estática, está sempre em transformação (SANTOS, 1987; LARAIA, 2004).

8. Gadjé, Gadjon do roamani (Língua cigana), que significa não-ciganos.

Por muitos anos, os ciganos viviam andando pelo mundo e, como já apontado, por onde passam geralmente são indesejados e sofrem preconceitos. Passavam pouco tempo no lugar, pois muitas vezes eram expulsos. Diante das dificuldades de uma vida andante, dos preconceitos e na busca por uma vida mais estável, estes mudam de andadores para moradores, mas suas dinâmicas de negociações vão sendo observadas como práticas que alimentam o imaginário social sobre a construção de uma representação nômade. Neste tempo de parada e de tornarem-se moradores de São João do Paraíso, a organização social, a moralidade e a noção de pertencimento a um ethos não deixam de existir, mas passam a ser mobilizadas a partir de outras relações.

A mudança de andadores (nômades) em razão de tais circunstâncias pode ser observada em outros contextos (GOLDFARB, 2013; DOLABELLA, 2019; MONTEIRO, 2019; SILVA, 2010; SOUZA, 2017). O “estar morador” aparece como uma condição de estabilidade social, buscando um valor, uma moral e também não correr riscos de vida, pois, como já apontado, a cultura cigana resistiu às várias formas de violências imposta pelo preconceito às minorias étnicas. Desta forma, eles mudam e vão se adaptando ao lugar em que estão vivendo. Pode-se perceber a mudança de andador a morador não como perda da cultura cigana, mas sim como mudança, algo comum quando se fala de cultura, já que ela não é estática.

O termo morador aqui é uma denominação êmica: os ciganos costumam chamar de moradores os outros, a população local. Morador é uma categoria nativa aos ciganos, que eles utilizam também para designar pessoas que têm endereços fixos nas cidades. Cabelo, ao se definir como morador, fala que “morador são vocês”, se referindo a uma das pesquisadoras. Tenda, em uma das entrevistas, colocou “Jurin é morador, são vocês. Quando queremos falar de algum morador falamos aquele Jurin, que quer dizer morador”.

A mudança de andadores para moradores é apontada pelos ciganos entrevistados como algo positivo. Eles começaram a buscar por essa organização social a fim de ter melhores condições de vida, superando sofrimentos que uma vida nômade trazia. Conforme Cabelo aponta, “eu acho que os ciganos de primeiro sofriam muito, era caminhando pelo mundo, e hoje todo mundo é proprietário, tem casa, tem carro, tem dinheiro”. Quando questionamos sobre a vida nômade e a vida como morador ele colocou que “eu acho que é porque de primeiro os ciganos não se importavam. Só queriam andar pelo mundo, e hoje têm filhos. Tem cigano doutor, tem cigano vereador, tem tudo”.

Eles apontam que, estando moradores, os ciganos conseguiram alcançar cargos importantes e que têm uma maior visibilidade social, ocupando posições e espaços que antes não ocupavam. Como destaca Cabelo, “de primeiro os ciganos eram de jumentos, agora são de carro e motos”.

Segundo Tenda, “quando viemos para o Paraíso ficamos moradores e fomos plantar roça. Trabalhei em fazendas, plantando”. Tenda relata como era difícil a vida de nômade: “porque nós viajávamos demais, pegando chuva, passando fome, pedindo rancho nas casas e o povo não dava. Sofremos muito preconceito, as pessoas não queriam nos receber”.

Os dois relatam as dificuldades que passaram em uma vida andando, e que a vida como moradores trouxe uma estabilidade maior, uma tranquilidade e oportunidades, tais como de emprego. Também, como apontou uma cigana parente de Tenda, de “poder colocar os meninos na escola”. Estando moradores, ainda é possível conquistar uma maior estabilidade financeira, não passando mais tantas dificuldades, como pôde se evidenciar nas falas acima.

Essa é uma das grandes mudanças apontadas por eles na cultura cigana, como destaca Cabelo. “De primeiro os ciganos eram de jumentos, agora são de carros e motos”. Eles apontam o ser morador como uma mudança que ocorreu em sua cultura, pois antes a vida dos ciganos era andar pelo mundo. É importante destacar que as transformações e ressignificações em determinados contextos não implicam na inexistência de um pertencimento. As mudanças sociais interferem no cotidiano de todos os grupos sociais, mas as implicações dessas mudanças não afetam as noções que circundam e substancializam o ethos de cada grupo.

Assim como as relações que foram sendo transformadas, de indesejados, os ciganos Calon de São João do Paraíso passaram a fazer parte da cidade. Cabelo argumenta sobre a aproximação nas relações locais:

Como moradores conquistamos um valor maior do que quando andávamos pelo mundo. Olha, é só falar aqui quem é o Cabelo cigano que todo mundo conhece. Quando cheguei aqui e entrava dentro das lojas os donos falavam para as empregadas “ei olha lá os ladrões”, nos chamavam de ladrões. Aquilo ali estava quase me matando.

Tenda também apresenta algumas outras vantagens: “Estando moradores estamos em uma situação muito melhor. Nós agora comemos no horário, antes não”.

Os dois apontam o ser morador como possibilidade de terem uma vida melhor, e que aos poucos conseguiram ter um maior respeito quanto a sua identidade étnica, que não tinham quando viviam andando por vários lugares. Acreditam que aos poucos vêm conquistando mais ainda esse respeito frente aos preconceitos que os povos ciganos sofrem. A fixação como moradores possibilitou, assim, uma mudança em suas vidas, vista de forma positiva. Na sua imagem também: os ciganos passam a ser conhecidos não como ladrões, trambiqueiros, mas sim como pessoas que são diferentes, mas que também são cidadãos.

Desta forma, mesmo estando moradores eles continuam a firmar sua identidade étnica, sendo conhecidos no município por ciganos. Na cidade, Cabelo é conhecido por “Cabelo cigano” e Tenda por “Tenda cigano”. Eles mudaram de andadores para moradores, alterando um traço cultural que os identificava. Pode-se evidenciar ainda que eles mudam um traço cultural mas não deixam de se sentirem menos ciganos por isso, já que as fronteiras de pertencimento ao grupo é o próprio grupo que define (BARTH, 1998).

Os estudos ciganos têm mostrado a problemática existente em enquadrá-los como nômades ou sedentários, pois o campo demonstra a construção de suas moradias nos espaços das cidades, a partir de valores associados a uma vida em movimentação. Micol Brazzabeni (2013), em sua pesquisa com ciganos portugueses, reflete sobre as relações entre espaço e emoção nas famílias ciganas portuguesas, abandonando as “nomadologias”, ou seja, considerando os ciganos sem a limitação espacial, sem a perspectiva “dentro/fora, fixo/móvel, nômade/sedentário”. A autora analisa como os ciganos se relacionam com o espaço e as emoções neste contexto para a construção da pertença.

Dentro dos estudos ciganos são muito comuns as terminologias, denominadas pela autora Brazzabeni como “nomadologias”, ou seja, considerar os ciganos nômades ou sedentários. Em seu campo, ela foi levada a explorar o significado, para aquelas pessoas, de viver naquele lugar e não em outro, apontando assim o seu receio em colocar o termo nomadismo (BRAZZABENI, 2013).

Diante disso, a autora sugere que, a partir de ideias nativas, tais como o *abalar* e as *falas*, cria-se uma “comunidade de palavra” e “performance da fala”, constitutivas do modo de “fazer-se Calon”, mostrado e compartilhado (BRAZZABENI, 2013). O termo *abalar* é utilizado pelos ciganos naquele contexto para se referirem ao “movimento de uma pessoa que se vai embora e que deixa de estar” (BRAZZABENI, 2013, p. 76). O termo *abalar* aparecia de forma recorrente nos discursos de seus interlocutores, utilizando-se para saber sobre o movimento de outro, bem como quem está e onde está, implicando as relações o ato de “estar ao pé”, sendo tais relações mais próximas e localizadora de pessoas.

Nessa perspectiva, a autora, ao discorrer sobre as falas que constroem uma comunidade, orienta as práticas cotidianas como motor das relações sociais que “as palavras tenham a dimensão de coisas, como se as falas se tornassem coisas para serem vividas, cuja espessura experiencial muda nos seus contornos, dinâmicas, espaços e efeitos” (BRAZZABENI, 2013, p. 76).

Tal fato pôde ser observado em campo com os ciganos em São João do Paraíso, sendo os termos *andador* e o *morador* falados por eles, levando para outra discussão, a qual passou à dualidade entre nômades e sedentários. O termo *andador* foi utilizado como

fator de contraste e pertença étnica, contudo, o termo morador também era requisitado para falarem do seu modo de viver atualmente.

Para muitos, a vida de andar, mudar de cidade é algo da cultura dos ciganos, mas cabe destacar que a história deste grupo é marcada por políticas anticiganas, com leis e decretos, os quais os forçaram a migrarem. Em alguns países da Europa foram considerados “raça maldita” e “demônios”, sendo associados a mendigos e bandidos. Sua dispersão pelo mundo deu-se muitas vezes de forma forçada e, às vezes, também por vontade própria (TEIXEIRA, 2009).

Mas ao destacar a vida itinerante, de andança, ela passa a ser apontada como algo marcante da história deles, algo da cultura cigana, como foi dito pelos ciganos em São João do Paraíso: “cigano gosta de andar, a vida deles era andar”. Estar morador não anula a movimentação ou fluxo, ao enquadrar-se no imaginário de vida nômade, que seria algo diferenciador do cigano do inconsciente popular. Por isso, afirmá-los unicamente como sedentários não permite entendê-los nas movimentações ocorridas no dia a dia, seja a partir dos negócios, das mudanças de casa ou de toda uma lógica de vida, baseada na *andança* e norteadora da pertença como ciganos. Mesmo estando moradores, eles destacam a sua identidade, denotando o passado de andadores, como fator importante na construção da sua individualidade. Como bem destaca Goldfarb (2013), ao estarem nessa condição, ressignificam maneiras próprias para não se dissolverem nas exigências da sociedade envolvente.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa mostrou como os ciganos residentes em São João do Paraíso se organizaram em moradias fixas e decidiram buscar uma estabilidade social, tentando acabar com os sofrimentos advindos de uma vida de andador e que, a cada dia, como moradores, vêm lutando para se livrarem dos preconceitos que a população em geral tem sobre eles. Mas, mesmo estando em uma condição de moradores e buscando uma boa sociabilidade com os não ciganos, continuam mantendo viva sua cultura, já que a cultura não é estática e permanece sendo uma identidade apesar das mudanças. Desta forma, pudemos compreender as mudanças que ocorreram com os ciganos e como, apesar delas, podem defender uma identidade diferenciada.

A vida de andança do passado andador está inserida em um sistema de representação no qual os ciganos negociam para permitir a definição como grupo e para justificar seus modos de vida, como apontado nas falas dos ciganos desta pesquisa. A frase que dá título a este trabalho simboliza essa vida de andança, em que o chapéu é referido como casa,

pois vivendo de forma itinerante, segundo o Tenda Cigano, “Nossa casa era o chapéu só andando no meio do mundo”, ou seja, eles viviam de forma itinerante e carregavam consigo o chapéu para onde iam, algo que mostra que eles não tinham local fixo, pois se mudavam constantemente, e o chapéu, como adereço, ia junto.

A busca por um pouso, por segurança que atravessa as falas de Tenda e de Cabelo, é permeada pela construção de relações sociais mais amigáveis com os residentes locais. Além disso, cabe destacar que os ciganos que estão moradores em São João do Paraíso sentem-se como pessoas que contribuíram na formação e desenvolvimento da cidade. Sua fixação, expansão e movimentação na cidade (por exemplo, a construção e venda de casas) é algo que mostra a sua cultura como povo que troca, que muda. Como apontou um dos entrevistados, algo próprio do *ser cigano*, que costuma vender, trocar e construir, andar: fato que pode mostrar um modo “nômade” de estarem fixados na cidade. Desta forma, mesmo estando moradores, eles continuam praticando seus costumes e modos específicos de lidarem com o espaço e com a vida, tendo como referência a itinerância.

Ao estarem parados não significam que os ciganos não circulem, ou que não possam se mudar. A movimentação, viagens, passeios é algo presente na vida destes no presente local, sendo assim não poderíamos considerá-los como sedentários, até porque, mesmo vivendo como moradores, eles agiam conforme valores de uma vida de andança, ao mesmo tempo que a mobilidade não significa que os ciganos calons não desejem pousar, estabelecer relações, ter acesso a um território e direitos sociais. As andanças, a mobilidade são comuns e por eles destacadas por acontecerem pelo modo econômico de vida. A vida de andança é então denotada como marcante para a identidade cigana, algo que os identificam e organizam seus modos de ser e estar nas localidades.

REFERÊNCIAS

BART, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTGNAT, P; FENART-STREIFF, J. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Difel, 1998. P. 185-227.

BRASIL, Governo Federal. **Povo Cigano**: relatório executivo. 2013.

BRAZABENI, Micol. **A construção de uma “comunidade de palavras”**. In: Ciganos Portugueses: Olhares plurais e novos desafios numa sociedade em transição. (Orgs) MENDES, Maria Manuela; MAGANO, Olga. Editora Mundos Sociais, 2013.

CAVALCANTE, Janeide da Silva. **Ciganos em São João do Paraíso-MA**: De andadores a moradores. Monografia (Ciências Sociais) -UFT, Tocantinópolis, 2018, 57p.

_____. **“Sou mais cigano que morador”**: Relações interétnicas e a questão da identidade cigana em São João do Paraíso (MA). Dissertação (Mestrado em Sociologia), Imperatriz- MA, 2021.

_____; CONCEICAO, Wellington da Silva. “**Nossa casa era o chapéu**”: o nomadismo como elemento de identidade e o processo de fixação de ciganos em São João do Paraíso (MA). *O PÚBLICO E O PRIVADO*, v. 1, p. 311-328, 2019.

CONCEIÇÃO, Wellington da Silva. “**Sossega, moleque, agora você mora em condomínio**”: segregação, gestão e resistência nas novas políticas de moradia popular no Rio de Janeiro. Curitiba: Appris, 2018.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FERRARI, Florencia. “Nunca Sozinho”: redes de parentes Calon e o mundo gadje. *In*: GOLDFARB, Maria Patrícia Lopes; TOYANSK, Marcos; Oliveira, Luciana de; (organizadores) **Ciganos**: olhares e perspectivas. João Pessoa: Editora UFPB, 2019.

_____. **O mundo passa**: uma etnografia dos Calon e suas relações com os brasileiros. 2010. 380 f. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, 2010.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

GOLDFARB, Maria Patrícia Lopes. **Memória e etnicidade entre os ciganos Calon em Sousa-PB**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013 (Coleção Humanidades).

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 17. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

MOONEN, Frans. **Anticiganismo**: os ciganos na Europa e no Brasil. Recife: Texto mimeo, 2011.

MONTEIRO, Edilma do Nascimento Jacinto. **Tempo, redes e relações**: uma etnografia sobre infância e educação entre os Calon. Tese (Doutorado em Antropologia Social) pela Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, 2019.

PEREIRA, Cristina da Costa. **Os ciganos ainda estão na estrada**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é Cultura?** Editora brasiliense 1987.

SILVA, Lailson Ferreira da. “**Aqui, todo mundo é da mesma família**”: Parentesco e relações étnicas entre os ciganos na cidade Alta, Limoeiro do Norte-CE. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Natal, 2010.

SOUZA, Mirian Alves de. **Ciganos, roma e gypsies**: projetos identitários e codificação política no Brasil e Canadá. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

TEIXERA, Rodrigo Corrêa. **História dos ciganos no Brasil**. Recife: Núcleo de estudos Ciganos, 2008.

_____. **Ciganos no Brasil**: Uma breve história. Segunda edição, revista. Belo Horizonte: Crisálida, 2009.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

Atena
Editora
Ano 2022



UFMA
PPGS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SOCIOLOGIA



Atena
Editora
Ano 2022



UFMA
PPGS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SOCIOLOGIA

